



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

O estado do conhecimento das pesquisas sobre idosos e a Educação de Jovens e Adultos no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB entre os anos de 2011 e 2020¹

The state of knowledge of research on the elderly and youth and Adult Education in the graduate Program in Education at Federal University of Paraíba between 2011 and 2020

RESUMO

O envelhecimento populacional brasileiro, conforme demonstrado pelos dados oficiais do país, amplia as discussões sobre a pessoa idosa, protagonista desse processo diário. Diante dessa demanda crescente, torna-se evidente a relevância da presença dessas pessoas, impulsionando o desenvolvimento de estudos sobre esse fenômeno. Nosso objetivo é compreender como os pesquisadores abordam a presença da pessoa idosa na educação, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade que possibilita seu retorno à escola. Adentrar o universo de qualquer pesquisa requer do pesquisador maturidade na escolha dos itinerários metodológicos a serem seguidos. O levantamento realizado apresenta os estudos desenvolvidos no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), espaço privilegiado de conhecimento, justificando assim a escolha do objeto de pesquisa. Com base nas reflexões apresentadas, consideramos que os resultados do mapeamento não apenas esclarecem ideias, mas também fundamentam cientificamente a urgência de

pesquisas que aprofundem temáticas relevantes no campo educacional, já que, em sua maioria, abordam indiretamente o direito de acesso das pessoas idosas à educação, aspecto fundamental no contexto da escolarização desse grupo populacional. Nesse cenário, a tese do pesquisador se sustenta a partir da análise dos dados compilados e apresentados ao longo do estudo. Essa questão insere no debate a importância da valorização da pessoa idosa no contexto atual da sociedade. Embora a EJA e o público idoso sejam temas relevantes na atualidade, especialmente diante do envelhecimento populacional, eles não são abordados com profundidade nas pesquisas realizadas pelas Instituições de Ensino Superior, conforme evidenciados pelos achados do Estado do Conhecimento. Nesse sentido, é urgente a ampliação de pesquisas sobre a pessoa idosa e a EJA, como porta de entrada para esses indivíduos no campo educacional, em especial para aqueles que não tiveram acesso à escola durante a infância. Constatou-se que todos os trabalhos encontrados foram produzidos no âmbito da linha de pesquisa em Educação Popular, o que reforça a necessidade de

¹ Recorte de texto extraído da tese intitulada *Retorno e permanência de idosos na Educação de Jovens e Adultos no município de João Pessoa-PB*, defendida em dezembro de 2022, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva (PPGE/UFPB).



Saulo José Veloso de Andrade

Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa

Paola Andressa Scortegagna

Universidade Estadual de Ponta Grossa

estudos que insiram a pessoa idosa no debate de outras linhas no referido programa. Durante a busca, constatamos que, em 2011, havia poucos registros ou informações incompletas sobre os trabalhos produzidos. O Estado do Conhecimento permite ao pesquisador uma maior aproximação com o objeto de estudo, ampliando seu repertório teórico, conceitual e metodológico, complementando os estudos já existentes e fortalecendo o debate proposto. É importante ressaltar que as lacunas identificadas na base de dados do PPGE/UFPB comprometem a qualidade e a profundidade de pesquisas do tipo Estado do Conhecimento que utilizam as produções desse programa como referência.

Palavras-chave: Pessoa Idosa. Educação. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The aging of the Brazilian population, as shown by the country's official data, has broadened discussions about the elderly, the protagonists of this daily process. Faced with this growing demand, the relevance of these people's presence becomes evident, driving the development of studies on this phenomenon. Our aim is to understand how researchers approach the presence of older people in education, especially in Youth and Adult Education (YAE), a modality that enables them to return to school. Entering the universe of any research requires the researcher to be mature when choosing the methodological routes to follow. The survey presents the studies developed in the doctoral program of the Post-Graduate Program in Education at the Federal University of Paraíba (PPGE/UFPB), a privileged space of knowledge, thus

justifying the choice of the research object. Based on the reflections presented, we believe that the results of the mapping not only clarify ideas, but also scientifically substantiate the urgency of research that delves into relevant themes in the field of education, since most of them indirectly address the right of access of older people to education, a fundamental aspect in the context of schooling for this population group. In this scenario, the researcher's thesis is supported by the analysis of the data compiled and presented throughout the study. This issue brings into the debate the importance of valuing the elderly in the current context of society. Although the YAE and the elderly are relevant topics today, especially in the face of population aging, they are not addressed in depth in the research carried out by higher education institutions, as evidenced by the findings of the State of Knowledge. In this sense, there is an urgent need to expand research on the elderly and the YAE, as a gateway for these individuals into the educational field, especially for those who did not have access to school during childhood. We found that all the studies found were produced within the Popular Education research line, which reinforces the need for studies that include the elderly in the debate in other research lines of the program. In 2011, there were few records or incomplete information about the work produced. The State of Knowledge allows researchers to get closer to the object of study, expanding their theoretical, conceptual and methodological repertoire, complementing existing studies and strengthening the proposed debate. It is important to point out that the gaps identified in the PPGE/UFPB database compromise



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

the quality and depth of State of Knowledge research that uses this program's productions as a reference.

Keywords: Elderly people. Education. Youth and Adult Education.

O Estado do Conhecimento: primeiras reflexões

A realização de toda e qualquer pesquisa exige do pesquisador uma postura de centralidade acerca das escolhas a serem feitas do ponto de vista metodológico, ou seja, um percurso que contribua com o objeto de estudo. Logo, torna-se de suma importância trazer para o cenário das discussões a relevância dada ao assunto pesquisado.

Desta feita, a realização de um mapeamento do tipo “Estado do Conhecimento” é uma escolha crucial para que se compreenda em que contextos o tema é trazido ao debate. Partindo dos achados, o pesquisador terá em mãos elementos que direcionarão sua pesquisa, para que apresente aspectos importantes para a ampliação do objeto escolhido.

O mapeamento, além de balizar o cenário apresentado, possibilita ao pesquisador uma melhor visão de como o objeto em questão tem sido discutido e analisado em um dado espaço e/ou em uma temporalidade, nesse caso, dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB).

À guisa desse cenário, Morosini e Fernandes (2014, p. 155) nos dizem que o

[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo [...].

Em seus escritos, as autoras reforçam a importância da realização do mapeamento em questão, como uma contribuição para endossar as pesquisas que se iniciam,



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

fornecendo-lhes informações importantes para a geração e análise dos dados e, até mesmo, para o desfecho final. Além de contribuir nesse universo, o Estado do Conhecimento pulveriza novos conceitos, favorecendo a ampliação da discussão do objeto analisado.

Por meio do Estado do Conhecimento é possível estabelecer conexões que tragam sentido às pesquisas realizadas através da ampliação do debate, fundamentado a partir do que já foi estudado, emerge a presença do novo, do que ainda não foi explorado (Morosini; Fernandes; 2024).

Nesse limiar, o Estado do Conhecimento, segundo Santos e Morosini (2021, p. 125) serve

[...] para ampliar o escopo sobre determinado tema de estudo, sendo esta uma maneira de também encontrar perspectivas que ainda não foram abordadas, pontos de vista que ainda não foram pensados e que podem ser inovadores para a realização de uma nova pesquisa.

À luz dos esclarecimentos apresentados, julgamos que o uso desse artefato metodológico se justifica por sua própria natureza conceitual, de modo a possibilitar um melhor conhecimento ao pesquisador acerca do objeto escolhido. Assim, fica evidente a compreensão adotada acerca desse importante artefato que compõem a construção do referencial teórico de boa parte das pesquisas realizadas.

Para fins do estudo aqui apresentado, utilizou-se a base de dados de dissertações e teses do PPPGE/UFPB², programa com mais de 50 anos de existência. A busca se consolidou a partir das categorias: Pessoa Idosa e EJA, elementos tratados ao longo da tese do pesquisador conforme dito anteriormente.

² Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1906 . Acesso em: 10 ago. 2021.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Para fins de compreensão de quem seja a pessoa idosa, acostamo-nos no conceito político, contido no Estatuto do Idoso, que reconhece nesse universo todo aquele/a que tem idade igual ou superior a 60 anos (Brasil, 2003). No que tange ao conceito de Educação de Jovens e Adultos (EJA), apropriamo-nos do que pressupõe o Parecer nº11/2000, que dimensiona a modalidade e suas funções.

Estabelecidos os conceitos iniciais, destacamos que a busca se deu de forma individual, trabalho a trabalho, ano a ano, aspecto que dificulta bastante o mapeamento. Tal limitação exige a necessidade de um maior espaço de tempo ao pesquisador, além de se apresentar como um aspecto limitador na realização de pesquisas que se utilizem da referida base de dados. Além da ausência de buscadores, também enfrentamos dificuldades no que tange à ausência de trabalhos, em alguns anos sequer existiam trabalhos na base, o que implica na qualidade da pesquisa realizada.

Durante a procura, constatamos ainda que, no ano de 2011, existem poucos registros e/ou informações incompletas dos trabalhos produzidos. Em alguns casos, apenas o nome dos autores. Desse modo, é importante alertar a fragilidade encontrada como forma de justificar, talvez, a ausência de um ou outro texto escrito no âmbito do PPGE/UFPB, dentro do recorte temporal usado no mapeamento e que não figure nesse levantamento.

Diante das implicações situadas, optamos pela leitura do título e das palavras-chave dos trabalhos disponíveis entre os anos de 2011 e 2020, considerando assim a presença das duas categorias apresentadas: Pessoa Idosa e EJA.

Ao concluir, tivemos a presença de apenas 04 (quatro) teses que faziam referência às categorias escolhidas. Mostrando, inicialmente, uma incipiência nas discussões balizadas a partir do universo destacado. O dado já nos convida para a necessidade de ampliação dos estudos que tragam o envelhecimento, seus indivíduos e a sociedade,



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

materializada pela escola, para dentro do debate. Ao longo de uma década, em uma sociedade que está envelhecendo rapidamente, apenas quatro pesquisas tratam dessa temática cara e urgente a qualquer indivíduo.

É importante, nesse contexto, a partir dos trabalhos mapeados, compreender qual o “lugar” que se atribui ao indivíduo desse processo de envelhecimento, a pessoa idosa e a educação que é disponibilizada a este, através da EJA.

A partir dessa compreensão, buscamos refletir acerca do cenário em que cada pesquisa situa as categorias apresentadas, de modo a contribuir para uma melhor compreensão do processo de envelhecimento humano e suas implicações nos diferentes espaços da sociedade, como a educação, por exemplo.

O lugar do “Idoso” e da “Educação de Jovens e Adultos” nas pesquisas realizadas no PPGE/UFPB entre 2011 e 2020

O mapeamento realizado mostrou a predominância da produção de trabalhos com ênfase na pessoa idosa e na EJA dentro do escopo da linha de pesquisa de Educação Popular, prenúncio de um pioneirismo nesse contexto, ao tempo que sinaliza a urgência da produção de trabalhos nas demais linhas, de modo a suscitar novos olhares para esse objeto dentro do campo da educação.

Após a leitura dos títulos de todos os trabalhos existentes no repositório supracitado, encontramos 04 (quatro) teses que apresentam, pelo menos, um dos descritores elegidos.

A primeira tese localizada, intitulada *Leitura na Educação de Jovens e Adultos: F(r)estas a práxis interlocutora para um bem viver*, de autoria de Almeri Freitas de Souza (2013), buscou analisar os aspectos inerentes à leitura na EJA, elemento de suma



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

importância dentro do contexto da escolarização das pessoas adultas e idosas. Assim, a tese traz um debate sobre a ampliação de novas possibilidades a partir do processo do desenvolvimento da habilidade leitora.

O desenvolvimento dessa habilidade liberta o indivíduo da dependência de parentes e/ou amigos como tratados no texto de Santos (2019), além de romper com o triste cenário das estatísticas que reserva ao idoso um percentual de 18% dentro do universo do analfabetismo no Brasil (IBGE, 2019).

A importância da leitura para o bem viver, trazida por Souza (2013), pressupõe o rompimento com o ideário da “tábua rasa”, reflexos da sociedade ocidental, que não valoriza os idosos além de garantir-lhes condições para o acesso a cidadania (Beauvoir, 2018).

Ao realizar a apreciação do resumo do trabalho supracitado, observamos que embora amplie uma discussão de grande importância para a modalidade em destaque, não incorpora um diálogo estreito com as categorias usadas na busca, quando coloca a pessoa idosa dentro da dimensão conceitual do adulto, assim como já é visualizado nas legislações educacionais, que não o cita nominalmente e o coloca sempre no lugar do outro(s) (Peres, 2011).

Diante do exposto, justifica-se o não aprofundamento nas entrelinhas do material, mesmo que sua discussão seja relevante ao campo da EJA.

Sequenciando a análise das produções, realizamos a leitura do resumo do trabalho denominado *Educação de Jovens e Adultos, processos formativos e marcos legais – da lógica de compensação às perspectivas emancipatórias: um estudo a partir das vozes dos sujeitos do campo do Estado do Pará*, escrito por Eula Regina Lima Nascimento (2014), cujo objetivo geral é analisar os processos formativos de jovens e adultos presentes no campo, aproximando a vida real e o marco legal da EJA, no Assentamento João Batista II.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

O texto de Nascimento (2014) estabelece uma relação aproximada com a Educação do Campo, quando traz para o debate os estudantes assentados do Pará, em tela, aborda os “retornos”, como destaca Pereira (2010). Essa situação reflete a ausência de uma política de alfabetização específica para a modalidade, que atenda às particularidades de jovens, adultos e idosos, diferente da proposta atual, materializada pela Política Nacional de Alfabetização (PNA) (Brasil, 2019), que homogeneiza todos os públicos ao mesmo propósito, não se preocupando com as particularidades que os diferenciam.

Embora bastante pertinente a discussão trazida por Nascimento (2014), o texto evidencia a EJA como o locus empírico da pesquisa, não tendo relação com elementos importantes para a ampliação de nossas reflexões teóricas, conceituais e metodológicas acerca da modalidade, conforme os critérios estabelecidos para o mapeamento realizado.

Dando continuidade ao processo de leitura dos resumos dos textos encontrados, constatamos que as duas teses restantes dialogam mais profundamente sobre o idoso e suas interfaces. Desse modo, por considerarmos o idoso como objeto e sujeito nessa pesquisa, tornou-se crucial analisar profundamente os dois textos mapeados.

Ambas as teses não apresentam a EJA como escopo das discussões³, mas versam sobre a educação, que é o campo macro. Dessa feita, tangenciam um debate sobre o direito do acesso à educação dos idosos, aspecto de grande relevância no contexto educacional desse contingente.

Os trabalhos analisados nos conduziram à importante reflexão de que já existem vestígios do desbravamento inicial acerca da temática em voga, aspecto que levanta a importância de se tratar da relação desses indivíduos no contexto educacional, sobretudo

³ Embora nos escritos de Santos (2019) a EJA esteja marcada nos debates, sua discussão não é aprofundada.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

dentro do espaço do PPGE/UFPB. Mesmo ainda sendo uma produção incipiente em relação à quantidade, a consistência dos textos apresentados revela, além do pioneirismo, a vanguarda da linha de pesquisa de Educação Popular, em relação às demais linhas que compõem o escopo do Programa em tela.

Com um intervalo de três anos entre as produções, as autoras trazem como cerne do debate a educação não formal (Santos, 2019) e a extensão universitária (Pereira, 2016) para alavancar reflexões e apontamentos acerca da relação do idoso com a educação, em diferentes dimensões.

Inicialmente, refletimos acerca do trabalho intitulado *O direito à escola: uma análise a partir das narrativas de vida de pessoas idosas não alfabetizadas ou com pouca escolaridade*, cuja autoria é de Patrícia Fernanda da Costa Santos (2019). A pesquisa busca analisar por que os idosos não alfabetizados ou com pouca escolaridade, que residem em municípios da microrregião de Cajazeiras e Catolé do Rocha, sertão paraibano, não têm apresentado, em suas narrativas, interesse em frequentar a escola.

O texto advoga na perspectiva da educação não escolarizada, a partir da ótica dos próprios sujeitos idosos residentes no sertão paraibano que, mesmo reconhecendo a importância de uma educação escolar, não demonstram interesse em frequentá-la nessa fase da vida.

O estudo é marcado e atravessado pelas falas dos sujeitos, suavizando a necessidade da leitura e da escrita que, nesse caso, são transferidas para os filhos/as e netos/as. Nesse movimento reside a concepção da dependência⁴, aspecto negativo na vida dos idosos para a superação de preconceitos e fragilidades, elemento bastante presente no cotidiano das pessoas que alcançam a velhice. São evidências que nos

⁴ Visão que minimiza os elementos contidos na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Brasil, 2006a), que reforça a necessidade da autonomia para o desenvolvimento de uma velhice ativa e saudável.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

preocupam, uma vez que percebemos que esses discursos estão naturalizados pelos próprios indivíduos, ou seja, é um elemento de nulidade social.

Logo, os discursos balizados no texto de Santos (2019) contrariam a concepção do povoamento escolar, sobre o qual Barreto e Barreto (2005, p. 65) nos dizem que os sujeitos

não percebendo isso, acredita que o sucesso ou fracasso é resultado apenas do seu esforço individual. Entrar na escola ou retornar a ela, representa um esforço adicional para mudar sua sorte. Embora sem perceber, o passo dado pode ser importante nesse processo de mudança. Desde que não se limite a atingir objetivos apenas individuais, mas se estenda também na direção de mudanças sociais. Para ser possível, o sonho não deveria restringir-se a um sucesso pessoal, mas a uma melhoria coletiva de vida.

Ou seja, voltar a estudar não se resume apenas a uma mudança individual, mas constitui um movimento que interfere nas relações sociais em que os indivíduos estão assentados. Deste modo, nas falas geradas são notáveis as transformações que os idosos visualizam em sua vivência a partir da volta à sala de aula, constituindo um elemento de ressignificação da velhice. O sentido que se atribui é o de voltar, retomar algo deixado de lado, sim, porque esse movimento representa a possibilidade de reviver os momentos que são inerentes ao espaço escolar e que, por diferentes fatores, foram roubados do público em questão, os idosos.

As negativas em frequentar a escola apresentadas pelos participantes da pesquisa de Santos (2019) representam um processo que, em linhas gerais, contribui para que a concepção da “escola negada” e/ou “roubada” continue se perpetuando na perspectiva da limitação do acesso a ela. Em tese, é a ideia de que, se não existe demanda, não precisa da oferta, embora ainda tenhamos um contingente significativo de pessoas idosas fora da escola, como já mencionado (IBGE, 2019).



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Em outro contexto, os trabalhos levantados não se cruzam quando refletimos sobre as questões de sexo. O texto de Pereira (2016) traz à tona a perspectiva da feminização da velhice, quando apresenta uma maioria de mulheres dentre os sujeitos da pesquisa, confirmando assim a forte tendência populacional, diferentemente de Santos (2019), que tem como indivíduos de sua pesquisa um grupo majoritariamente masculino. Esse universo colocou a pesquisadora em uma missão de apontar uma hipótese⁵ para justificar a pequena presença de mulheres durante a geração dos dados na pesquisa empírica.

A força do feminino visto na pesquisa de Pereira (2016) é reflexo da liberdade que é apontada poeticamente por Besen (2016), acerca de mudanças que muitas mulheres só conseguem provar na velhice, seja por coragem própria ou mesmo por aspectos como a viuvez, que as coloca em um cenário de posição e decisão sobre o ser e estar na sociedade, de fazer suas próprias escolhas sem interferências de companheiros/as ou até mesmo dos filhos/as.

Os discursos apresentados potencializam o direito de aprender, cerne da concepção de aprendizagem ao longo da vida, ao mesmo tempo que negam o retorno e/ou a necessidade de permanecer no espaço escolar. Nesse cenário, a tese apresentada pela pesquisadora se sustenta a partir dos dados compilados e apresentados no seio do trabalho. Também revela o declínio de matrículas da EJA na região pesquisada, mostrando assim que, embora tenha o acesso garantido⁶, esse elemento não é considerado importante para os moradores da região ou, pelo menos, é isso que concluímos, quando fazemos a relação entre as falas geradas na pesquisa de campo e a série histórica de matrículas apresentadas por Santos (2019).

⁵ Conforme apresentado pela autora (Santos, 2019, p. 70).

⁶ Conforme preconiza o art. 37 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996).



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Apesar das falas dos idosos revelarem desinteresse em acessar o espaço escolar, o conhecimento de vida torna-se mister nesse estudo, a partir do momento em que vem à tona a valorização dos saberes da experiência. A importância desse movimento está inclusive impressa no Documento Preparatório da CONFINTEA VI, quando destaca:

Por um lado, a existência de idosos que não se escolarizaram, ou nem se alfabetizaram no país; por outro, a concepção do aprender por toda a vida exigem repensar políticas públicas que valorizem saberes da experiência dos que, não mais vinculados ao trabalho, podem continuar contribuindo para a produção cultural, material e imaterial da nação brasileira, com dignidade e autonomia, mudando-se a tendência histórica de relegá-los ao ócio e a atividades pouco criativas e que não possibilitam assumir compromissos sociais com o legado de uma vida, na transmissão da herança cultural (Brasil, 2009, p. 29).

O documento já alertava para o envelhecimento populacional e seus desdobramentos, sobretudo para a presença de uma parcela considerável de idosos que são o público da EJA. Por sua trajetória de vida, o registro em tela expressa uma preocupação em associar ao ensino os conhecimentos de vida desse público, fazendo uso da concepção de educação vislumbrada por Freire (1996), na perspectiva da cidade educativa. Em outras palavras, aprende tudo em todos os lugares e, assim, consideram-se preenchidos por um saber que julgam necessário à sua sobrevivência, no contexto das relações sociais. Esse mote está articulado em uma das questões de pesquisa trazida por Santos (2019), ecoando como justificativa para a não presença da escola por parte dos entrevistados.

A partir dos achados provenientes das pistas teóricas e empíricas, Santos (2019) apresenta o ambiente escolar como uma escolha dos sujeitos para galgar mudanças na dimensão de seus projetos de vida. Com relação ao expresso desejo de escolarização, os



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

sujeitos da pesquisa projetam-se, com a presença dos filhos/as e netos/as, no espaço escolar. Isso fica explícito quando Santos (2019, p. 300) afirma que

os depoimentos revelam um sentimento de projeção dos desejos dos pais na conquista alcançada pelos filhos. Um sentimento de missão cumprida, por ter dado oportunidade de os filhos seguirem um caminho que ele não pode seguir. Esse aspecto pode se constituir como um dos condicionantes para que esses sujeitos não demonstrem mais necessidade de frequentar a escola.

Melhor dizendo, os respondentes da pesquisa se reconhecem no acesso, permanência e conclusão da escolarização básica vivenciada por filhos/as e netos/as, assim, fazem uso, conforme exposto no trabalho e mencionado aqui, do conhecimento sistematizado desses membros da família, desconstruindo, de certo modo, a necessidade urgente de uma escolarização nessa fase da vida.

Dentro desse contexto, os participantes da pesquisa de Santos (2019) contradizem a importância da educação a serviço da velhice e dos idosos, já que ela é pensada e articulada nas legislações, do ponto de vista do direito ao acesso, trazido na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso (PNI) (Brasil, 1988; 1994) e, mais recentemente, no Estatuto da Pessoa Idosa (EPI) (Brasil, 2003), favorecendo que esse público se aproprie dos conhecimentos escolarizados, com a finalidade de melhorar sua condição de vida. Nessa situação, a educação assume também o importante papel de favorecer o desenvolvimento desse grupo nessa fase, ao mesmo tempo que se revela como um artefato que retarda a dependência, garantindo assim a manutenção da autonomia conquistada ao longo da vida.

Revela-se ainda no mote dos discursos, o reconhecimento da importância da escola, ao mesmo tempo que se nega a necessidade desta em seus sonhos, planos e



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

projetos pessoais. Esse pressuposto é enriquecido pelas tecituras apresentadas por Santos (2019, p. 341), quando diz o seguinte:

A defesa que fazemos em prol do conhecimento desses sujeitos não parte da modalidade; não estamos negando a escola, mas defendemos que existem outros espaços e formas de aprender que poderiam ser vivenciadas pelo público adulto e idoso, e que o ideal seria que esses sujeitos pudessem ter a prerrogativa de ir ou não à escola, não pela sua condição de analfabetos, mas pelo seu desejo. Ao defendermos que a escola precisa mudar, para que assim eles possam nela se inserir, estamos partindo do pressuposto de que todos querem ir à escola.

Acentua-se a necessidade de um modelo de escola que atenda às necessidades desse contingente, de modo a promover o estímulo do retorno e da permanência nos bancos escolares durante a velhice. Munidos dessa fragilidade, pensamos que a escola oferecida à sociedade no contexto atual não considera as diferenças e especificidades dos sujeitos que a povoam, principalmente os idosos.

Ao situar tal cenário, não advogamos que deva existir uma escola para cada recorte etário, mas que se conceba uma proposta que seja coerente com as demandas de vida dos indivíduos. Pensar apenas no acesso não garantirá a presença dos idosos no âmbito escolar. É preciso articular políticas educacionais que incluam desde o acesso⁷, com metodologias adequadas ao público específico, até as políticas de formação de professores.

Envidados tais esforços, poderemos pensar em minimizar os dados censitários apresentados por Santos (2019, p. 28), que destacam um público de “[...] 13.933.173 milhões de pessoas que não sabem ler ou escrever (classificadas como analfabetos

⁷ Inclui nesse elemento a vaga, mas também a adequação geográfica e estrutural que garanta a presença dessas pessoas com suas limitações e fragilidades.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

absolutos). Isso equivale a 9,6% da população brasileira - sendo que 39,2%⁸ desse contingente são idosos”.

Aludida pelos dados revelados, a pesquisadora conclui seu texto reforçando o discurso de uma urgente mudança na concepção de educação de adultos no Brasil. O pensamento de Santos (2019) representa a possibilidade do aumento dos percentuais de adultos e idosos matriculados nas escolas brasileiras, contrariando o cenário de hoje, ou seja, é preciso que o público que nega a escolarização, conforme os achados da pesquisa em destaque, possa repensar sua posição e acessar a escola.

Sequenciando a análise dos textos mapeados, apresentamos o trabalho denominado *Educação de Pessoas Idosas: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins*, escrito por Fabiola Andrade Pereira (2016), que objetivou compreender em que medida o fenômeno do envelhecimento tem sido considerado parte substantiva das discussões e ações que envolvem a Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA). O trabalho é constituído a partir de uma discussão capilarizada pelo processo de envelhecimento populacional e pela fase da velhice, recortada pela EPJA, representada pela Universidade da Maturidade do Tocantins (UMT), e pertencente a instituição de mesmo nome.

Refletem na construção teórica e metodológica do trabalho os resquícios da valorização do direito à educação para os idosos, circunscrito na Constituição Federal

⁸ Segundo o levantamento mais recente acerca do analfabetismo no Brasil, apresentado no relatório do PNAD Continua (IBGE, 2019), mesmo ano da defesa do trabalho de Santos (2019), o contingente de idosos analfabetos no Brasil é de 18%, o que representa quase 6 milhões de pessoas. Já quando observamos os dados relativos à pessoa idosa no contexto regional, no Nordeste brasileiro, a pesquisa aponta um quantitativo de 37,20% de analfabetos, representando o maior percentual entre as regiões brasileiras, inclusive com o registro de uma pequena elevação quando comparado aos 36,87%, de 2018. Os dados a nível de Brasil revelam que os idosos apresentam uma taxa quase três vezes mais elevada que o contingente de crianças e adolescentes entre 15 e 24 anos, que alcançou, em 2019, cerca de 6,6%, menor percentual entre os anos de 2016 e 2019, conforme os dados trazidos pela pesquisa.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

(Brasil, 1988), reforçado na PNI (Brasil, 1994) e no EPI (Brasil, 2003), com destaque para a instalação das Universidades Abertas da Terceira Idade (UATIs) contidas no Parágrafo Único⁹, deste último documento. Na concepção de educação articulada no referido texto, Pereira (2016, p. 72) destaca que “ela busca responsabilizar os idosos quanto à necessidade e à urgência de reduzir sua própria invisibilidade junto à sociedade, e, nesse sentido, a educação é o principal agente cultural da adequação do sujeito a esse novo mundo”, ou seja, coloca o próprio indivíduo desse processo como responsável pela ruptura com uma construção social que o insere em situações negativas, como o preconceito, por exemplo. Desse modo, o trabalho realizado no contexto da UMT eclode como um instrumento de superação das dificuldades comuns a esse contingente, cerne essencial para o processo de emancipação do sujeito, favorecendo uma velhice ativa.

Diferentemente das discussões assentadas no presente texto, o escrito de Pereira (2016) traz à tona o debate sobre a feminização da velhice, haja vista a coleta de dados realizada no âmbito da UMT, que evidenciou a forte presença de mulheres, em detrimento de homens. O dado apresentado corrobora com os publicizados pelo IBGE (2000; 2010), no que tange ao sexo da população brasileira (IBGE, 2021).

Além de discutir amplamente os conceitos postos anteriormente, o trabalho supracitado revela que a educação voltada para os idosos é um processo para além do ensinar e do aprender, torna-se mister para a transformação social e melhoria da vida dos sujeitos envolvidos nesse movimento (Barreto; Barreto, 2005).

O estudo realizado na UMT se constitui em um campo de pesquisa homogêneo, visto pelo prisma da presença apenas das pessoas idosas, diferentemente da EJA que contempla, no próprio acesso contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

⁹ Alterado pela Lei n. 13.535/2017 (Brasil, 2017), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas Instituições de Ensino Superior brasileiras.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

(LDBEN), jovens e adultos no mesmo espaço, proporcionando um universo de tensões geracionais.

Embora reconheçamos a importância e capilaridade das produções supracitadas, elas apresentam, em sua maioria, a EJA apenas como pano de fundo das discussões. Boa parte se constitui de estudos voltados para a concepção da própria Educação Popular, com ênfase para a metodologia dos estudos de caso, analisando as políticas educacionais, documentos e legislações e não propondo um aprofundamento acerca das categorias estabelecidas para a construção do Estado do Conhecimento.

Palavras Finais

Antes de avançarmos nos arremates finais, é importante destacar que, embora seja um tema atual e urgente, as discussões que versam sobre o campo da educação e o idoso, em especial, a EJA, ainda se apresentam de forma bem discreta, mostrando uma carência em estudos que tragam esse objeto como eixo discursivo, conforme mostrado no mapeamento realizado.

Partindo dessa compreensão, podemos destacar a necessidade de aprofundamento e de ampliação de trabalhos que versem sobre o envelhecimento populacional, em especial trazendo ao debate a pessoa idosa e a EJA.

A intencionalidade de fazer um levantamento das pesquisas a partir dos trabalhos já suscitados no âmbito do PPGE nos alertou para uma preocupação singular, o papel desse contingente na sociedade. Esse limiar mostra a distorção entre a realidade (sociedade envelhecida) e a expectativa (trabalhos que tratem dessa importante temática).



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Nesse cenário, nos trabalhos mapeados, notamos a ausência de uma concepção clara da pessoa idosa¹⁰, deixando-a por muitas vezes subtendida nas entrelinhas no espaço destinado ao adulto, elemento que nos preocupa, haja vista que estamos numa crescente no que tange ao envelhecimento da população brasileira.

Logo, é frustrante perceber a importância dada a essa temática pela universidade, que é considerado um espaço privilegiado de discussão dos temas caros à sociedade brasileira. Dentro desse importante cenário, a universidade tem um papel valioso nessa fase senil, sobretudo pelo impulsionamento das pesquisas que favoreçam a uma compreensão acerca dos idosos e seu papel na sociedade nessa fase da vida humana, principalmente no contexto da educação.

É importante destacar que é preciso que as demais linhas de pesquisa reconheçam seu papel nesse processo, articulando e promovendo conhecimento para melhor compreender o envelhecimento humano e suas interfaces.

Isto em razão dos trabalhos apresentarem pouca ênfase quanto ao processo de envelhecimento que conduz esses homens e mulheres a essa fase natural da vida humana, elemento imprescindível para adensar o debate sobre seus papéis na sociedade. Desta forma, compreendemos que se trata dos primeiros passos nesse sentido.

Em síntese, o trabalho de Santos (2019) é o que mais se aproxima da discussão proposta, mesmo não tendo a educação formal como campo de análise. Como

¹⁰ No trabalho de Santos (2019), observam-se sujeitos com idade inferior aos 60 anos. Já a pesquisa de Pereira (2016) propõe uma análise do trabalho desenvolvido pela UMT do Tocantins ao longo de uma década de existência (2006-2016), cujo público são as pessoas a partir dos 45 anos de idade. Disponível em: <http://sites.uft.edu.br/uma/>. Acesso em: 4 nov. 2022. Desse modo, as pesquisas estão assentadas em uma perspectiva de diferentes dimensões acerca da concepção do ser idoso, como preconizam Schneider e Irigaray (2008). Em suma, são concepções de idades autoafirmativas, diferentemente da idade etária, referenciada em documentos como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 1994; 2003).



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa
Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

apresentado, os demais trabalhos, cada um com seu relevo, trazem elementos que apontam, porém não aprofundam as categorias empreitadas nesse mapeamento.

É importante reconhecer que não se trata de um mero tema de estudo, estamos tratando de um movimento da vida cotidiana e que vem crescendo consideravelmente, conforme dados trazidos pelas pesquisas do Censo Demográfico do IBGE (2002; 2021), ou seja, trata-se de uma temática social e que, se já não é, será um grande problema para as gerações futuras. Quando fazemos tal menção, pensamos em uma sociedade envelhecida que frequentará com mais pujança os instrumentos públicos, como a educação, por exemplo.

Enfim, trata-se de uma situação que contrasta entre a presença maciça de pessoas idosas e uma insipiência nas pesquisas acerca desse movimento, em especial, no contexto do PPGE/UFPB, campo da pesquisa realizada.

Esse limiar traz para a ordem do discurso um debate sobre a importância que a sociedade atribui ao ser idoso no contexto atual. Essa situação conflui com as reflexões balizadas por Beauvoir (2018), sobre o tratamento dado a esse contingente populacional pelas sociedades ocidentais, como é o caso do Brasil.

Embora a EJA e o público idoso sejam dois importantes temas no contexto atual, em virtude do próprio envelhecimento populacional, eles não são tratados com densidade nas pesquisas realizadas pelas Instituições de Ensino Superior, conforme apresentamos a partir dos achados do Estado do Conhecimento realizado.

Nesse sentido, é preciso com urgência a propagação de pesquisas que tratem da Pessoa Idosa e a EJA como porta de entrada destes indivíduos no campo da educação, principalmente para aqueles que tiveram o direito a escola roubado e/ou negado em sua infância.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa

Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Posto isto, concluímos que a “pessoa idosa” e a “EJA” se constituem como um campo pouco explorado no âmbito das linhas de pesquisa do PPGE/UFPB, mesmo sendo reconhecidas como duas importantes categorias de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARRETO, José Carlos; BARRETO, Vera. Um sonho que não serve ao sonhador. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. p.63-68. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=655%20vol3const-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 abr. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. São Paulo: Nova Fronteira, 2018.

BESEN, Lea. A velhice deve ser farta de liberdade. **Jornal Maturidades** – Universidade Aberta à Maturidade da PUC-SP, 2016. Disponível em: <https://www5.pucsp.br/maturidades/cronicas/a-velhice-deve-ser-farta-de-liberdade.html>. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 1996.

BRASIL. **Parecer n. 11/2000**, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, 2000. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa

Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

BRASIL. **Lei Federal n. 10.741**, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 2003.

BRASIL. **Portaria n. 2.528 de 9 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Diário Oficial da União: Brasília, 2006.

BRASIL. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília: VI CONFINTEA, 2009. 112 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10024-%20confitea-6-secadi&Itemid=30192. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.535**, de 15 de dezembro de 2017. Altera o art. 25 da Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de ensino superior. Diário Oficial da União: Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Secretaria: MEC; SEALF, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=25&dados=26#topo_piramide. Acesso em: 10 mai. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da Pirâmide Etária Brasileira**, 2010. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/atlas/nacional/atlas_nacional_do_brasil_2010/3_sociedade_e_econo%20mia/atlas_nacional_do_brasil_2010_pagina_140_evolucao_da_piramide_etaria_brasileira.pdf. Acesso em: 4 nov. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 24 mar. 2025.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa

Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2000 e 2010 Paraíba**, 2021. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=25&dados=26#topo_piramide. Acesso em: 24 ago. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154- 164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 15 de mai. 2022.

NASCIMENTO, Eula Regina Lima. **Educação de jovens e adultos, processos formativos e marcos legais – da lógica de compensação a perspectivas emancipatórias**: um estudo a partir das vozes dos sujeitos do campo no Estado do Pará. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/20151352546347084172b50e8b1e68ea/TESE_de_eula.pdf. Acesso em: 02 fev. 2022.

PEREIRA, Jacqueline Mary Monteiro. **A escola do riso e do esquecimento**: idosos na educação de jovens e adultos (EJA). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1dzE4wxyn7zldIyzdxA0yna7vFgL-G3Ta/view>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PEREIRA, Fabíola Andrade. **Educação de pessoas idosas**: um estudo de caso da Universidade da Maturidade no Tocantins, 2016. 219f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8744?locale=pt_BR. Acesso em: 23 jul. 2021.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, set.-dez. 2011. em: <https://www.scielo.br/j/se/a/FzpMmtCqpRNfzPFxbKHfd9D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 Disponível mai. 2022.



Saulo José Veloso de Andrade
Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa

Paola Andressa Scortegagna
Universidade Estadual de Ponta Grossa

SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa. **O direito à escola:** uma análise a partir das narrativas de vida de pessoas idosas não alfabetizadas ou com pouca escolaridade. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. 364p. Disponível em: [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020055144da24206745455d11f735556/TeseVerso Definitiva Patricia Santos Turma 35.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020055144da24206745455d11f735556/TeseVerso%20Definitiva%20Patricia%20Santos%20Turma%2035.pdf). Acesso em: 21 jun. 2021.

SANTOS, Pricila Kohls. MOROSINI, Marília. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica Online**, v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 16 de mar. 2025.

SOUZA, Almeri Freitas de. **Leitura na educação de jovens e adultos:** f(r)estas à práxis interlocutiva para um bem viver. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. 256 f. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4804/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2022.

Recebido em: 04/04/2025

Aprovado em: 15/08/2025